

Modêlo Brasileiro de Desenvolvimento

JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO

Ministro do Planejamento e
Coordenação Geral

RECONSTRUÇÃO, EXPANSÃO, TRANSFORMAÇÃO

A Revolução foi feita para construir. Construir não apenas no sentido limitado de efetivar o crescimento econômico a taxas superiores a 7% ao ano, ou de alcançar outros indicadores quantitativos tradicionais. Mas, principalmente, no sentido de transformar o **Brasil em nação desenvolvida**. De criar uma sociedade que, pelos seus altos níveis de desempenho, em todos os setores, seja expressão de uma experiência brasileira na "era de descontinuidades", que será a sociedade universal nas próximas décadas.

A avaliação do que, no campo econômico e social, se realizou entre 1964 e 1970 deve ter como critério básico êsse objetivo de construção, no País, da nação desenvolvida.

Três estágios podem ser destacados, na experiência dos governos da Revolução, apresentando, como característica dominante:

- I — Reconstrução;
- II — Expansão;
- III — Transformação criadora: a criação do modêlo brasileiro de desenvolvimento.

Claro, nas três etapas houve, em maior ou menor escala, reconstrução, expansão e transformação. O que se destaca, aqui, é a nota marcante. Evoluiu-se de um estágio notadamente de reconstrução e recuperação, a partir de meados de 1964 — através do ataque frontal à inflação, das medidas de estímulo à poupança e aos investimentos, da correção de distorções brutais, no sistema de mercado — para o de crescimento acelerado, a partir de 1967, com Indústria e Agricultura apresentando,

estávelmente, altos índices de expansão; e para o de auto-sustentação do processo e de incorporação de novas dimensões, principalmente no campo regional e social, em particular a partir de 1970.

Segundo tôdas as indicações, o Brasil já conseguiu o resultado excepcional de escapar à semi-estagnação de meados dos anos 60. O crescimento de 9,5% experimentado pelo PIB em 1970 não é conquista efêmera, mas desempenho que podemos consolidar e ultrapassar nos próximos anos. É chegado, agora, o momento de partir para a tarefa maior de realizar, em tôdas as suas dimensões, um **modelo brasileiro de desenvolvimento**.

O MODELO BRASILEIRO

Esse modelo significa a maneira brasileira de organizar o Estado e construir as instituições para criar, no País, uma economia moderna, competitiva e dinâmica, que mostre a viabilidade de desenvolver o Brasil com apoio na empresa privada. E para realizar a democracia econômica, social, racial e política.

O **modelo brasileiro de desenvolvimento** deve atender a alguns requisitos essenciais.

Primeiro, deve ser capaz de incorporar os instrumentos do chamado "capitalismo moderno" que permitiram converter as economias ocidentais, do fracasso dos anos 30, na poderosa fábrica de prosperidade característica do pós-guerra, através de tais transformações que já se pôs em dúvida a validade de continuar a falar em "sistema capitalista".

Tais instrumentos dizem respeito, principalmente, às seguintes transformações recentes, segundo assinala **Andrew Shonfield**, em seu "Capitalismo Moderno":

— Influência crescente do Governo na gestão do sistema econômico, com expansão dos seus investimentos e da sua capacidade de regulação.

— Preocupação com o bem-estar social, com aumento rápido dos dispêndios em assistência, previdência e desenvolvimento sociais.

— "Domesticação" da competição, no setor privado, com aumento dos contrôles e do grau de regulação.

— Convicção generalizada, no Governo e na população, de que cada ano deverá trazer para o cidadão médio um aumento do nível de renda e do padrão de bem-estar.

— Atitude generalizada, na empresa privada e nos órgãos de Governo, em favor da coerência e racionalidade das decisões, com preocupação manifesta de planejamento de longo prazo.

— Repercussão dos métodos novos de gestão do sistema capitalista sobre as idéias e a prática da democracia parlamentar tradicional.

É fácil perceber que o Brasil tem estado atento a tais mudanças. E vem procurando, com flexibilidade e criatividade, dotar o seu modelo econômico de mercado de dimensões que permitam realizar o equilíbrio entre setor público e setor privado, com fortalecimento da empresa nacional; e disseminar os frutos do progresso econômico, com ampla política de integração social.

O **segundo** requisito é a necessidade de criar uma economia para os anos 70, representando o advento, no Brasil, da sociedade industrial, com a conseqüente importância da criação do mercado de massa. E preparando o País para enfrentar a competição econômica e tecnológica moderna, que demanda uma forte estrutura integrada de Educação, Ciência, Tecnologia e Indústria. O desenvolvimento tecnológico e industrial deverá fazer-se presente em todos os setores, seja quanto à Agricultura, Comunicações, Energia, Transportes e, até mesmo, Educação.

Peter Drucker, em sua "Era de Descontinuidade", fala das descontinuidades que se deverão acentuar, nos próximos anos, alterando a estrutura e o sentido da economia, da nação e da sociedade. Tais descontinuidades se prenunciam, notadamente, nas seguintes áreas:

1) No surgimento de **tecnologias realmente novas**, baseadas nas descobertas do conhecimento dos primeiros cinquenta ou sessenta anos deste século: a física quântica, a compreensão da estrutura do átomo, a bioquímica, a psicologia e a lógica simbólica. Grandes indústrias novas, em sucessão umas às outras, e novos tipos de grandes empresas tenderão a tornar obsoletas as grandes indústrias e empreendimentos atualmente existentes.

2) **Nas modificações rápidas que estão ocorrendo na matriz política da vida social e econômica.**

As grandes instituições responsáveis pelas diferentes tarefas na nossa sociedade pluralista — Governo, Empresa, Universidade, Igreja — vêm sendo contestadas, em maior ou me-

nor escala. As instituições que mais eficientemente se renovam têm muito maior chance de preservar e ampliar sua área de atribuição. Nova realidade sócio-política irá manifestar-se.

3) No fato de que o **conhecimento, nas últimas décadas, tornou-se o capital principal, o determinante essencial do custo e o recurso crucial da economia.**

Como, em conseqüência, ficam alterados os critérios de vantagens comparativas entre os países, e as produtividades marginais dos diferentes fatores de produção (trabalho, terra, capital físico, progresso tecnológico), também se modificam as prioridades da política de desenvolvimento.

Ressalte-se, por outro lado, a tendência à pluralização, na sociedade, das fontes de transmissão do conhecimento, em comparação com o passado, quando a escola era a fonte de ensino por excelência. E, em sentido contrário, a tendência à rápida obsolescência das técnicas e conhecimentos adquiridos, significando a necessidade periódica de sua atualização e, freqüentemente, de retorno à escola.

Daí a necessidade de pensar-se, não apenas em uma política de educação para o desenvolvimento, segundo o "slogan" tão conhecido, mas também em uma "política de conhecimento", que possibilite a educação permanente e que institucionalize a permanente abertura de canais entre a educação, a empresa e o Governo.

O **terceiro** requisito do modelo brasileiro diz respeito a uma estratégia de desenvolvimento que permita ao Brasil tirar melhor proveito dos fatores básicos, dos "trunfos" de que dispõe, no atual estágio. Tais "trunfos" são: a sua **dimensão continental**, que pode ser utilizada de forma racional para permitir ao País crescer rapidamente para dentro de si mesmo, pela associação da terra com a mão-de-obra abundante, poupando-se o fator escasso, o capital, dentro de uma concepção de **grande espaço nacional** que faz sentido econômica, social e politicamente; a sua **população**, nos atuais 93 milhões de habitantes, constituindo um reservatório de recursos humanos cuja produtividade poderá ser consideravelmente elevada, através da sua qualificação em diferentes níveis e da alternativa de que os excedentes populacionais de certas áreas se engajem na expansão da fronteira econômica, em projetos bem definidos e dentro da agricultura de mercado; e a experiência de **desenvolvimento do núcleo básico do Centro-Sul**, realizada no pós-guerra, e que hoje está resultando num processo de expansão integrada de Agricultura, Indústria e estrutura urbana de serviços.

O **quarto** requisito refere-se à importância de um regime de equilíbrio entre a União e os Estados, de forma análoga ao equilíbrio entre Governo e setor privado, ambos essenciais à viabilidade da experiência brasileira.

O equilíbrio entre União e Estados, dando ênfase ao **federalismo de integração**, mais conforme à realidade da tradição brasileira e ao imperativo da maior eficiência da operação do setor público, significa a prevalência do interesse nacional, em confronto com interesses regionais e estaduais, com a indispensável contrapartida da oportunidade de desenvolvimento às várias regiões e aos diferentes Estados. Interesse nacional que, certamente, favorece a posição relativa das regiões-problema e dos Estados mais pobres, que tenderiam ao esvaziamento sem a atuação moderadora e de fomento do Governo Federal.

A União define a estratégia e as prioridades nacionais, tomando a iniciativa de propor uma divisão de trabalho com os Estados, nos principais setores, a qual importa em transferência, para os Estados, da execução de obras de sentido local, e assegura a integração de ações conjugadas, sem duplicações e sem vazios flagrantes. Para efetivação da divisão de trabalho estabelecida, a União realiza convênios e usa os instrumentos fiscais e financeiros ao seu alcance, além da função reguladora que a Constituição lhe atribui, respeitada a autonomia das unidades federativas. Os Estados, por sua vez, tenderiam a ficar responsáveis pela atuação integrada em relação aos municípios.

A verdade é que aquela federação de cooperação já se manifesta na prática habitual das relações econômicas entre as esferas de governo, com a atuação marcante da União no desenvolvimento regional do Nordeste, da Amazônia e de muitas microrregiões, e com participação dos Estados e Municípios na receita dos principais tributos da União. Para intensificá-la, está-se promovendo a articulação entre planos nacionais e estaduais, a compatibilização das respectivas políticas fiscais e a conjugação da atuação do BNDE com os Bancos regionais e estaduais de desenvolvimento, sistematicamente.

O **quinto** requisito é a construção das instituições políticas para efetivação de um processo nacional de desenvolvimento político auto-sustentável, que, ao invés da "democracia doente" dos idos de 63, conduza o País à democracia autêntica.

O **sexto** requisito consiste na preservação dos valores humanos e culturais da sociedade brasileira. Em dar forma racional e elaborada à visão do mundo e à ordem de valores que a consciência nacional reconhece, pois, como é sabido, socieda-

de e cultura não se importam, ou não se importam impunemente.

A preservação do caráter nacional brasileiro refere-se, de um lado, à realidade maior da criação de uma sociedade industrial nos trópicos.

O que o Japão de hoje mostra é que se pode construir uma sociedade industrial em qualquer lugar, e até mesmo quase sem lugar. Na verdade, não há nenhum determinismo no fato de que certas sociedades tendem ao desenvolvimento e outras são menos capazes de realizá-lo. O que sabemos, hoje, é que os fatores do desenvolvimento e, mesmo, do simples crescimento econômico, não são fatores predominantemente raciais; nem predominantemente religiosos (na antiga discussão sobre protestantismo e catolicismo nas origens do capitalismo); nem predominantemente ecológicos, em termos de trópicos e regiões temperadas; nem predominantemente históricos, no sentido de que os que saem à frente necessariamente ganham a corrida; nem predominantemente econômico-tecnológicos, em termos de dimensão das empresas, do poder financeiro e da disponibilidade de técnicos.

São, sim, predominantemente culturais, no sentido das atitudes sociais em face do desenvolvimento, da capacidade de aplicação do conhecimento à solução de problemas concretos, da capacidade de agir segundo grandes prioridades, da existência de instituições econômicas, sociais e políticas que valorizem o trabalho e a eficiência e que, em síntese, conduzam à sociedade progressista e aberta.

Com maior ou menor esforço, todas as sociedades são capazes de assimilar tais fatores. E a consciência da significação destes pode levar a um esforço coletivo, como decisão política nacional, de acentuar e consolidar as tendências favoráveis ao desenvolvimento com liberdade.

O Brasil foi ufanista e, logo após, pessimista, com **Paulo Prado**, que se scandalizou com os traços de cobiça e luxúria na formação dos colonizadores, sem perceber que a conquista territorial e a fusão racial deles também resultavam. O Brasil descobriu o sertão com **Euclides** e o pragmatismo com **Alberto Torres**, que tanto se insurgiu contra a alienação e irrealismo das instituições e dos homens, no País, dos quais resulta um "estado de desencontro, de ignorância e de conflito, entre a terra e seus habitantes, entre as raças e o meio cósmico, e entre as raças, o meio, as instituições, os costumes e as idéias". Descobriu, com **Gilberto Freyre**, que a "vergonha nacional" da mestiçagem era, em verdade, motivo de orgulho e singularizava

a aventura brasileira, no mundo. E descobriu, finalmente, com o aprendizado de desenvolvimento dos anos 50 e 60, a noção do próprio valor.

Em outra ordem de idéias, a preservação do caráter nacional brasileiro liga-se às dimensões representadas pela democracia racial e pela democracia social.

No primeiro aspecto, não me parecem válidas as denúncias de alguns sociólogos, quanto ao "mito" da democracia racial brasileira, com base em verificações empíricas sôbre a "hegemonia da raça branca". O que importa é ser válido, nas condições brasileiras, tomar a democracia racial como objetivo da ação política nacional, a partir mesmo da posição do brasileiro médio, de hostilidade a qualquer purismo racial.

No segundo aspecto, é importante o uso que se vem fazendo das políticas sociais — Educação, Habitação, Integração Social — para melhorar a distribuição da renda e da riqueza nacionais e acentuar a já ampla mobilidade social existente. De outro lado, é importante valorizar as instituições típicas da democracia social brasileira: a praia, a missa, o cinema, o futebol. O futebol, cuja soberania nos desportos é assinalada por sua exclusividade e por sua universalidade. E que, como já se observou, "é a racionalização do jeito, a sua transformação em instituição, a sua oficialização, colocando-o dentro de um quadro mais amplo". Esse quadro mais amplo pode alcançar a concepção do planejamento, quando se assinala que o estilo brasileiro de futebol constitui a síntese do sentido de equipe com a liberdade criadora.

MISSÃO DO BRASIL

No dinamismo revelado pela economia brasileira recentemente, o País cresceu extraordinariamente para dentro de si próprio e cresceu também pela maior integração na economia internacional. A nação pode, hoje, olhar para o futuro com mais confiança do que em qualquer fase anterior de sua história. Em razão, principalmente, do seu sucesso no campo econômico e social, observa-se, entre líderes políticos de outros países e, notadamente, entre os grandes investidores internacionais, a descoberta de algo nôvo em tórno do Brasil.

De um lado, o titular de uma das mais importantes empresas internacionais assinala: "O Brasil de hoje é um país que nenhum investidor consciente pode ignorar." De outro lado, um senador americano, que não pode ser acusado de simpatia em relação ao atual Governo Brasileiro, comenta: "O recente de-

envolvimento econômico do Brasil, suas dimensões e seus recursos naturais, convertem-no numa potência mundial em perspectiva, ou, pelo menos, numa potência continental”.

A verdade é que o Brasil está chegando a essa posição de liderança continental inconscientemente, e, como se tem reconhecido no exterior, num processo “nem mesmo remotamente expansionista”. Segundo já se observou, aquêle resultado decorre, apenas, de um desenvolvimento autêntico e bem sucedido.

No curso de tal processo, a partir da Revolução, o Brasil soube aumentar o grau de autonomia de suas decisões, pela capacidade de conduzir o desenvolvimento como tarefa, primordialmente, da sociedade brasileira, e pela maior independência resultante do esforço próprio de expandir exportações, da acumulação de reservas, do clima geral favorável ao investimento, nacional ou estrangeiro. Esse maior grau de autonomia deverá permitir-lhe, progressivamente, desincumbir-se melhor de seu papel, como experiência a ser considerada. Papel que ressalta a viabilidade do desenvolvimento, nos trópicos, de uma nação continental de raiz latina; a viabilidade do crescimento com base na economia de mercado, ou seja, no equilíbrio entre poder público e empresa privada; a solidariedade com as demais nações latinas do continente, em defesa de interesses comuns nas relações com o mundo desenvolvido.